

EDUCAÇÃO INFANTIL: A LUTA PELA INFÂNCIA

CHILD EDUCATION: THE FIGHT FOR CHILDHOOD

Amanda Pontes Figueiredo 1
Anelise Monteiro do Nascimento 2

Resumo: O livro “Educação infantil: A luta pela Infância” (2018), da editora Papyrus, organizado por Anete Abramowicz e Afonso Canella Henriques, apresenta ao leitor pesquisas que vêm sendo realizadas sobre políticas públicas e os movimentos sociais que têm como foco a educação das crianças de zero a cinco anos e a forma pela qual usufruem uma infância. Dividido em duas partes, os organizadores apresentam nove artigos sobre políticas públicas e formação de professores que unem forças à luta pela infância, acreditando que é na própria infância que se deve buscar as bases para as práticas pedagógicas com as crianças até os cinco anos de idade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Crianças. Pesquisas.

Abstract: The book “Early childhood education: The fight for childhood” (2018), by the publisher Papyrus, organized by Anete Abramowicz and Afonso Canella Henriques, presents the reader with researches that have been carried out on public policies and social movements that focus on the education of children. children from zero to five years old and the way in which they enjoy childhood. Divided into two parts, the organizers present nine articles on public policies and teacher training that join forces in the struggle for childhood, believing that it is in childhood that one must seek the bases for pedagogical practices with children up to the age of five.

Keywords: Public Policy. Children. Researches.

Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ 2015). 1
Mestranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), membro do Grupo de Pesquisa Infâncias até dez anos (GRUPIs/UFRRJ). Professora de Educação Infantil nos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3532992335580362>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1443-6908>. E-mail: amandapfinfo@gmail.com

Pós-doutora em Educação (UFF/2019). Doutora em Educação (PUC-Rio/ 2013), com período sanduíche em Université Paris Descartes – Paris V. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infâncias até dez anos (GRUPIs/UFRRJ). Professora adjunta do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2128109907868856>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4911-8301>. E-mail: anelise.ufrjr@yahoo.com.br

Reconhecida como espaço de interação entre bebês, crianças, adultos, cultura e conhecimento do mundo físico e social, a Educação Infantil foi integrada à Educação Básica a partir da LDB 9394/96. A identidade das práticas existentes nas creches e pré-escolas ainda se mostra como um desafio para o campo, vinte e três anos após a definição de que todo atendimento educacional às crianças brasileiras deveria estar vinculado à educação. Como se deu essa definição? Quais são seus desdobramentos? Qual é a importância da Educação Infantil para que as crianças usufruam suas infâncias? O que é uma infância? É sobre essas e outras questões que versa o livro “Educação Infantil: A luta pela Infância”, publicado em 2018 pela editora Papyrus, que tem Anete Abramowicz e Afonso Canella Henriques como organizadores.

A obra tem o objetivo de apresentar pesquisas que vêm sendo realizadas sobre políticas públicas e os movimentos sociais, que têm como foco a educação das crianças de zero a cinco anos e a forma como usufruem uma infância. Os organizadores defendem que é na própria infância que se deve buscar as bases para as práticas pedagógicas com as crianças de zero até os cinco anos de idade. Abramowicz e Henriques (2018) advogam que é necessário devolver à escola o tempo infantil que lhe foi roubado. Para tal, é necessária “a luta pela infância”, em prol de uma educação infantil de qualidade, na qual a ação educativa esteja centrada nos processos de pensamento, os quais possuem natureza criativa, e não na escolarização precoce, que, de acordo com os organizadores desse debate, antecipa fracassos e amplia desigualdades sociais.

O livro possui nove artigos subdivididos em duas partes: a primeira, “Políticas Públicas e Educação Infantil”; e a segunda, “Pesquisas e Formação de Professores”, além da introdução que contempla um panorama geral da Educação Infantil. Escrita por Anete Abramowicz, a introdução intitulada “Panorama atual da Educação Infantil: suas temáticas e políticas” propõe um (re)encontro entre os autores Philippe Ariès e Michel Foucault a fim de traçar a figura conceitual denominada criança, a partir do conceito de “sentimento de infância” de Ariès e do conceito de “poder” formulado por Foucault. A autora analisa ainda os conceitos de “infância” e “cultura infantil”; e, em seguida, narra um pouco da história das creches, da pré-escola e da educação infantil. Por fim, Abramowicz traça algumas linhas sobre as chamadas “pedagogias da infância”, propondo uma Educação Infantil cuja concepção seja constituída pela diferença e que tenha como prioridade a promoção das infâncias.

A primeira parte do livro trata de políticas públicas e educação infantil, e é composta por cinco capítulos. No primeiro capítulo, “Educação infantil como dever do Estado”, Carlos Roberto Jamil Cury apresenta uma análise da Educação Infantil como direito, problematizando a tensão existente entre o dever do Estado e da família com/sem a obrigatoriedade na Educação Infantil. O autor parte da Emenda constitucional n. 59/2009 e da lei do PNE n. 13.005/2014, para problematizar a obrigatoriedade escolar dos quatro anos de idade até os dezessete anos de idade. Essas políticas que tratam da obrigatoriedade de oferta da pré-escola trazem uma cisão para o atendimento na creche, porque, embora a creche seja entendida como direito e sua oferta deva ocorrer pelo poder público, ao não se tornar obrigatória como a pré-escola, a creche teve sua oferta de vagas diminuída. Cury denuncia que tal situação vem ensejando no judiciário a exigibilidade de vagas e sua justiciabilidade, exigindo a garantia de um direito não atendido pelo poder público no judiciário, seja pela via individual, seja pela via coletiva. Para o autor, o cumprimento de uma ordem judicial pode atingir a qualidade da creche que passa, por força do judiciário, a ter um número excessivo de crianças pequenas por grupo, em um contexto que exige cuidados específicos dado à faixa etária dos sujeitos que recebem esse atendimento.

Esse tema se desdobra em “Os efeitos da obrigatoriedade da pré-escola nas crianças em idade de creche”, título do segundo capítulo. Nele, Afonso Canella Henriques apresenta uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de realizar um amplo diagnóstico da política pública de obrigatoriedade de matrícula das crianças em idade de pré-escola de uma cidade do interior do estado de São Paulo. O autor aponta para uma reconfiguração, provocada pela obrigatoriedade da pré-escola, no processo de oferta de vagas para as crianças de zero a três anos. Com o intuito de observar os efeitos advindos da obrigatoriedade da lei n. 12.796/13 na oferta de vagas para crianças em idade de creches e pré-escolas, por meio da realização do diagnóstico da rede investigada, Henriques conclui que, no contexto analisado, a demanda manifesta

para crianças em idade de pré-escola foi praticamente atendida; a lista de espera por vagas é composta quase que exclusivamente por crianças em idade de creche; e, houve crescimento da oferta de vagas para as crianças de creche nas unidades filantrópicas conveniadas. O autor destaca que originalmente essas também atendiam a turmas de pré-escola, mas que depois da Lei 12.796/13, houve uma diminuição do atendimento das crianças de quatro e cinco anos de idade nas referidas instituições, caracterizando uma reorientação do tipo de oferta de vagas entre as unidades filantrópicas e as municipais.

Os impactos da entrada obrigatória das crianças da pré-escola nos sistemas de ensino também são analisados em “Crianças, educação infantil e obrigatoriedade”, terceiro capítulo do livro, escrito por Mônica Pinazza e Maria Walburga dos Santos. Nele, as pesquisadoras trazem à tona reflexões sobre a situação do atendimento no âmbito da educação infantil a partir da emenda constitucional n. 59 de 2009, que prevê a obrigatoriedade da oferta de atendimento às crianças a partir dos quatro anos de idade na educação básica, e suas implicações nas crianças de zero a três anos. Pinazza e Santos evidenciam que, pelo país, reverberam pautas como vagas obtidas mediante solicitação judicial, berçários sendo fechados e substituição do atendimento de horário integral pelo horário parcial, o que significa redução do tempo de permanência das crianças nas instituições educacionais. As autoras destacam que para o cumprimento do atendimento de obrigatoriedade das crianças de quatro e cinco anos, as crianças em idade de creche estão perdendo espaço. Terminam o capítulo problematizando sobre até que ponto a obrigatoriedade é para “o próprio bem” das crianças, pois, em relação à pré-escola, além dos aspectos já mencionados, os riscos estão vindo também com o “apostilamento” das ditas atividades pedagógicas, com a adoção de apostilas de vários sistemas educativos que priorizam, sobretudo, a linguagem escrita e a leitura, favorecendo a antecipação dos conteúdos do ensino fundamental, o que contradiz às indicações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em seu art. 9º, o qual define que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras (MEC, 2009).

O quarto capítulo trata de outro tema que ganha espaço no cenário atual das políticas educacionais: a avaliação dos resultados. Ele tem como título “Cartografias da educação infantil: O que querem as pesquisas de avaliação da qualidade”. Nele a autora Andreina de Melo Louveira investiga como o conceito de “qualidade” foi se delineando no campo da educação, especificamente na Educação Infantil, no período entre 1993 e 2013. Como conclusão, a autora realça a necessidade de uma Educação Infantil feita com a criança. O trabalho discute a qualidade como invenção social, considerando-a como atividade política no sentido mais primordial do termo, ou seja, como atividade que organiza e direciona a Educação Infantil. A autora destaca que, ao considerar a qualidade como invenção social, irá abranger questões sobre quem tem produzido o discurso de qualidade e como isso tem sido realizado, colocando que o “discurso de qualidade” é construído muitas vezes a partir do silêncio das crianças, dos pais e dos professores.

Fechando a primeira parte da obra, o quinto capítulo intitulado “O mito de Sísifo e a educação infantil: inconformismo, resistência e luta”, das autoras Rosânia Campos e Maria Carmen Silveira Barbosa, situa a educação infantil e sua política a partir da década de 1990 até aos dias atuais, fazendo uso do mito de Sísifo ao analisar que as políticas para essa etapa são marcadas por “momentos de queda e momentos de tentativas de subir a montanha.”

A segunda parte do livro trata de pesquisas em formação de professores e contém quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Formação de professores da educação infantil: a especificidade em questão”, Andrea Braga Moruzzi, Bianca Neves Borges da Silva e Bruna Cury de Barros analisam de que maneira a discussão sobre especificidade da Educação Infantil tem sido abordada nas pesquisas relacionadas à formação de professores para esse nível da educação básica, considerando o recorte temporal que vai de 1988 a 2009. Esse recorte se divide em dois grandes períodos: o primeiro deles, de 1988, marcado pela promulgação da Constituição Federal Brasileira, até o ano de 2009, quando foram publicadas as últimas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; e o segundo período consistiu nas pesquisas publicadas após 2009, observando, de forma geral, se as DCNEIS impactaram de alguma forma as publicações sobre a especificidade da docência na Educação Infantil. Além disso, as autoras frisam que

se hoje temos um campo consolidado de pesquisas sobre a criança, a infância e a educação infantil é porque-mulheres como Maria Malta Campos, Sonia Kramer, Fúlvia Rosemberg, dentre muitas outras, levantaram, desde a década de 1970, a bandeira da reivindicação por uma educação de qualidade para as crianças pequenas no Brasil.

Em “Pesquisas em educação sobre o acesso de crianças negras às creches brasileiras: Pontos para reflexão”, o segundo capítulo da segunda parte do livro, Edlaine Fernanda Aragon de Souza, Tatiane Cosentino Rodrigues e Ana Cristina Juvenal da Cruz apresentam uma síntese de dados de pesquisas realizadas entre o período de 1999 a 2014 e disponível na base de dados *Scielo*, com o objetivo de repertoriar os temas “creche”, “relações étnico-raciais” e “pesquisa quantitativa”. O enfoque centrou-se nas pesquisas que apresentaram recorte quantitativo ou que apresentaram em suas análises aportes quantitativos, cujo objetivo maior foi identificar o acesso de crianças negras de zero a três anos às instituições de educação infantil. As autoras chegam à conclusão de que, a partir dos dados delineados, existe uma área restrita de pesquisa com dados quantitativos. Isso se revela pelo fato de as pesquisas serem majoritariamente realizadas em outras etapas educacionais.

No terceiro capítulo, “As crianças falam sobre sua cor e raça”, Lajara Janaina Lopes Corrêa analisa as relações étnico-raciais entre crianças de quatro a seis anos com o propósito de compreender como elas percebem a identificação étnico-racial e suas impressões sobre as relações raciais. A partir do método de pesquisa etnográfico, foi realizada uma pesquisa de campo e foram utilizados diferentes procedimentos para a coleta de dados: entrevistas em conversas com as crianças sobre sua cor/raça, registro fotográfico realizado pelas crianças, “teste” com bonecas/os, desenhos, rodas de conversas e conversas informais. O estudo verificou como a categoria “cor” vai se transformando em “raça” e, traz considerações sobre a perspectiva das crianças sobre o tema. A autora se apoia em Nunes (2015, p.427) e afirma que “é necessário aproximar-se das crianças para conhecer a forma como pensam sobre sua própria vida e a vida das pessoas ao seu redor. Isto nos relembra a emergência que há na etnografia para o estudo das culturas infantis e das relações raciais”. A autora conclui afirmando que a fala das crianças precisa ser considerada e não pautada e construída pela perspectiva dos adultos.

Completando a segunda parte da obra, o quarto capítulo “Metodologias de pesquisa na sociologia da infância”, no qual a autora, Fabiana Luci de Oliveira, apresenta as metodologias nas pesquisas com crianças e sobre a infância na perspectiva sociológica. Com base em revisão de literatura de referência, a autora indica os principais desafios metodológicos nessa área de pesquisa e delinea alguns caminhos possíveis a partir das abordagens quantitativas e abordagens qualitativas, sobretudo com o uso de técnicas de observação e entrevistas, em pesquisas de inspiração etnográfica. A autora mostra que o uso de métodos mistos aparece como uma tendência nos estudos da infância, e evidencia ainda, que a adequação de métodos depende não apenas das competências dos sujeitos, mas também do contexto da pesquisa, do ambiente físico, e da experiência e das competências do próprio pesquisador.

A obra “Educação Infantil: a luta pela Infância” foi construída com base em pesquisas recentes e apresenta uma reflexão atualizada sobre políticas públicas para crianças de zero a cinco anos. Numa linguagem de fácil entendimento, a obra possibilita a todos os interessados na área da educação infantil e da formação de seus profissionais reflexões sobre a importância e a urgência de oferecer às crianças pequenas uma Educação Infantil de qualidade. Além de reunir trabalhos consistentes sobre educação infantil, esse livro é uma forte contribuição para se (re)pensar a categoria infância na formulação das políticas públicas e propostas pedagógicas das instituições escolares.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; HENRIQUES, A.C.H. (orgs.) **Educação infantil: A luta pela infância**. Campinas, SP: Papirus, 2018.